

A GUERRA CULTURAL NOS MUSEUS BRASILEIROS: DISTRIBUIÇÃO, ABERTURA E FECHAMENTO DE INSTITUIÇÕES

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde
Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo
rvalverde@usp.br

Resumo

Este artigo avaliou os efeitos dos cortes orçamentários e das restrições ideológicas em um novo padrão na distribuição da rede brasileira de museus. Consideramos que o fechamento temporário ou permanente das instituições museais brasileiras de mais de 300 instituições nos últimos 4 anos refletiu as ações de uma guerra cultural no território, tal qual Mitchell (2000) e Valverde (2019) a definiram. A partir dos dados do Cadastro Nacional de Museus presentes na plataforma Museusbr, contestamos as leituras de um crescimento econômico dos museus a partir dos registros de bilheteria e discutimos o modo pelo qual o sentido territorial da rede de museus é afetado por estes cortes. Em particular, sugerimos que as cidades do interior do Brasil apresentaram com maior ênfase os efeitos do desmonte da rede museal, na medida em que nelas a densidade dos equipamentos culturais tende a ser menor.

Palavras-chave: Museu; Território; Guerra cultural; Distribuição.

CULTURAL WAR IN BRAZILIAN MUSEUMS: DISTRIBUTION, OPENING AND CLOSING INSTITUTIONS

Abstract

This article evaluated the effects of budget cuts and ideological restrictions on a new pattern in the distribution of the Brazilian network of museums. We consider that the temporary or permanent closure of the Brazilian museum institutions of more than 300 institutions in the last 4 years reflected the actions of a cultural war in the territory, just as Mitchell (2000) and Valverde (2019) defined it. Based on data from the National Register of Museums presented on the Museusbr platform, we challenge the readings of an economic growth of museums from the box office records and discuss the way in which the territorial sense of the museum network is affected by these cuts. In particular, we suggest that cities in the interior of Brazil presented with greater emphasis the effects of dismantling the museal network, as the density of cultural equipment tends to be lower in them.

Key words: Museum; Territory; Cultural War; Distribution.

GUERRE CULTURELLE DANS LES MUSÉES BRÉSILIENS: DISTRIBUTION, OUVERTURE ET FERMETURE D'INSTITUTIONS

Resumen

Cet article a évalué les effets des coupes budgétaires et des restrictions idéologiques sur un nouveau modèle de distribution du réseau brésilien de musées. Nous considérons que la fermeture temporaire ou définitive des institutions muséales brésiliennes de plus de 300 institutions au cours des 4 dernières années reflète les actions d'une guerre culturelle sur le territoire, tout comme l'ont défini Mitchell (2000) et Valverde (2019). Sur la base des données du Registre national des musées présentées sur la plateforme Museusbr, nous contestons les lectures d'une croissance économique des musées à partir des records de vente de billets et nous discutons la manière par laquelle le sens

territorial du réseau de musées est affecté par ces coupes. En particulier, nous suggérons que les villes de l'intérieur du Brésil présentent davantage les effets du démantèlement du réseau muséal, car la densité des équipements culturels tend à y être plus faible.

Palabras-clave: Musée; Territoire; Guerre Culturelle; Distribution.

Introdução

Este artigo se propõe a investigar quais são os efeitos recentes dos cortes orçamentários sobre a distribuição e funcionamento de museus no território brasileiro. De um modo geral, os museus constituem equipamentos culturais que, apesar de desigualmente distribuídos no território, se apresentam em cerca de 26% dos municípios brasileiros e que possuem acesso popular e condições especiais para estudantes. Em alguns municípios do interior, os museus se colocam como os únicos equipamentos culturais disponíveis. Pretendemos mais especificamente localizar aquelas instituições que se apresentam fechadas permanentemente ou temporariamente a partir do Cadastro Nacional de Museus (CNM) e compreender as consequências destes fechamentos.

As críticas direcionadas a uma suposta “matriz ideológica” única presente em todo o campo cultural brasileiro tem se desdobrado em reduções do capital público atribuído, tanto aquele gerido diretamente a agentes públicos, quanto aquele sob controle de gestão privada. Por exemplo, o orçamento do IBRAM passou de 110 milhões em 2015 para 85 milhões em 2019, de acordo com o depoimento de Paulo Cesar B. do Amaral na Comissão de Cultura, em 15/08/2019. Essa tendência vem sendo observada continuamente a partir de 2010, quando o orçamento da cultura na Lei Orçamentária representou 0,71% do total, e que em 2019 não chegou a 0,39%. Tal situação é particularmente sentida por instituições vinculadas na subdivisão museal e do patrimônio cultural material, nos quais não apenas se faz necessário controlar a qualidade e a visibilidade de sua coleção de objetos protegidos, mas também indica a responsabilidade de manter o mesmo cuidado e investimento no ambiente que o sustenta. Como consequência, o custo da manutenção de uma instituição museal não pode ser reduzido com facilidade sem que isto implique em riscos ao cumprimento de sua contribuição à sociedade.

Naquilo que é próprio ao conhecimento geográfico, enfocamos aquelas instituições museais que se apresentam com uma localização fixa, materializada como um ambiente construído. Deixamos de lado deste artigo aqueles registros museais que fossem constituídos por coleções sem localização fixa ou que fossem estabelecidos por propostas

de museus virtuais, que tem ganhado popularidade frente aos problemas observados no setor cultural brasileiro. Ainda que os museus não possuam a mesma função que uma escola, universidade ou que uma câmara política formal, acreditamos que possam cumprir funções complementares aos processos educacionais e políticos pela inspiração que o conhecimento de diferentes cosmovisões pode trazer. Para tanto, os deslocamentos e os encontros em um ambiente próprio permitem um contato mais direto com os seus usuários do que aquilo que pode ser vivenciado pela leitura de um livro didático ou pela exploração de um sítio eletrônico. Os museus são vistos como partes de um território descontínuo, coordenado e/ou regido por parte do estado brasileiro, em busca de um conjunto de objetivos.

Esta investigação usará como fonte primária de dados as informações dispostas na plataforma colaborativa Museusbr¹, fomentada por uma rede de 2500 agentes do setor cultural e gerida pela Secretaria Especial da Cultura do governo brasileiro. Tal plataforma exhibe uma diversidade de informações sobre os museus brasileiros, entre elas a sua localização, a data de registro no sistema e a sua proposta de organização, assim como a sua situação funcional (aberto, fechado, em reformas). Por intermédio desta base de dados, poderemos problematizar o registro que tem sido apresentado recentemente de uma “retomada do campo museal brasileiro” que seria possível pela adoção de técnicas de gestão retiradas de outros campos da economia da cultura, trazidas por nova geração de agentes oriundos do setor privado.

De modo complementar, entramos em contato no segundo semestre do ano de 2019 com áreas de comunicação institucional de diversos museus dispostos na plataforma Museusbr e obtivemos alguns detalhamentos sobre a situação funcional. Obtivemos cerca de 50 respostas e, dentre estas, algumas apresentaram registros sobre as dificuldades de se manter funcionando frente aos desafios da contenção orçamentária e dos custos fixos. Assim ganhamos um registro um pouco mais extenso dos tipos de problemas e soluções que têm sido encaminhados.

A discussão desta situação funcional dos museus no Brasil se mostra duplamente relevante. De um lado, esta discussão faz apelo a um problema concreto do setor cultural, polêmico em relação ao modo em que se faz política nos dias de hoje e nos sentidos e funções que atribui à cultura. De outro lado, sugere que há uma geografia a ser investigada

¹ A plataforma Museusbr pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico <http://museus.cultura.gov.br/>.

que não foi ainda suficientemente explorada a partir de uma perspectiva territorial. A oposição entre uma geografia que se caracteriza pela política do planejamento, relativa à macroeconomia, e de uma geografia relativa à sociabilidade e à identidade e suas ações afirmativas parece deixar lacunas importantes a serem preenchidas. Entre estas lacunas, colocamos a distribuição dos equipamentos culturais e os sentidos das instituições museais como contribuições.

Inserimos tal debate a partir da compreensão de que o setor cultural se encontra não apenas em um plano ideal ou estético, mas também territorializado. Isto significa que o setor cultural não existe dissociado de um jogo de interesses de agentes públicos e privados que se expressam materialmente. Não há a possibilidade, de fato, que as atividades culturais se expressem de modo neutro, perfeitamente isonômico em relação aos agentes ou com a mesma expressão em diferentes partes do território de um país. Os museus, como conhecemos no período histórico da Modernidade, exprimiram sinais civilizatórios a partir de ações que combinavam conhecimento científico, expressão estética e nacionalismo. Porém, é necessário e possível avaliar as tendências pelas quais o setor cultural tem se desenvolvido.

Ao fazê-lo, chamamos atenção para a especificidade de um arranjo geográfico que, por diversas razões, não costumaram figurar entre os registros da ciência geográfica. Em parte, os estudos geográficos acadêmicos exprimiam preferências pelo campo econômico, sobretudo em sua expressão produtiva e pelas relações de trabalho vinculadas. Os sentidos da cultura em geral, e dos museus em particular, seriam então reduzidos a epifenômenos ou determinações que reduziam as suas especificadas. Há ainda, estudos da cultura que surgiram mais recentemente na Geografia, mas que privilegiavam o reconhecimento de identidades, tradições e estéticas. Seus valores foram avaliados em si mesmos, fechados, talvez como um primeiro esforço de rompimento com o determinismo econômico. Consideramos o museu um objeto que insere o debate cultural em planos materiais e ideológicos.

Por último, destacamos que, apesar das dificuldades de financiamento do setor cultural no Brasil não terem sido inventadas nos últimos 4 anos, o sucateamento de suas estruturas e a marginalização de seus agentes parecem ganhar particular força neste período. Para além da sustentabilidade econômica destas instituições, parece ser desafiada certa capacidade de mediação em que nelas as culturas podem ser vivenciadas. O que se oferece em substituição é a possibilidade de uma pulverização ainda maior da cultura a

partir de um julgamento individual, o que indica o isolamento social e a dependência de uma indústria cultural.

Desenvolvimento

Três fatos animam a nossa discussão. O primeiro concerne aos recentes recordes de bilheteria observados nos últimos dois anos, celebrados como a recuperação dos museus diante das novas técnicas de gestão trazidas por agentes privados. Uma série de relatórios privados, como o realizado pelo Instituto Oi Futuro, e reportagens divulgadas pela Rede Globo e pelo Jornal Folha de São Paulo apontavam para a vitalidade do setor museal e para a tendência recente de crescimento do retorno econômico das bilheterias de um conjunto de dezenas de instituições. Inicialmente, essa série de pesquisas e notícias destaca a existência de cerca de 3700 museus dentro dos registros da Secretaria Especial de Cultura, envolvendo centenas de municípios e diferentes tipos (museus tradicionais, museus virtuais, jardim botânico, oceanário, unidades de conservação, herbanário, ecomuseu, jardim zoológico) e temáticas (artes, antropologia/arqueologia, históricos, científicos, defesa/segurança, esporte/lazer, comunicação/transportes, entre outros). Tais registros destacam ainda que as recentes mobilizações, reorganizações e até mesmo as contenções de gastos têm levado diversos gestores de museus, públicos e privados, em redefinir suas estratégias comerciais e de marketing, trazendo novos investimentos e novos públicos. De acordo com a reportagem de Matos, 40 museus espalhados em diversos municípios teriam observado um crescimento de mais de 60% em suas bilheterias (MATOS, 2019). O relatório do Instituto Oi Futuro, por sua vez, destacaria tendências para o setor museal estabelecer nova conexão, em tese mais durável com o público, por intermédio de uma experiência intangível e interativa, sobretudo virtual, de novos temas mais próximos e surpreendentes as gerações mais jovens, para engajá-los na defesa dos museus (INSTITUTO OI FUTURO, 2019).

O segundo fato se funda na ameaça de fechamento do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), que foi evitada após o incêndio do Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, em Setembro de 2018. A instituição havia sido criada em 2009, refletindo processo de implementação que tomou toda a primeira década do século XXI. O texto da Medida Provisória nº 850 de 10 de Setembro de 2018, divulgado pelo governo Michel Temer uma semana após o incêndio no Museu Nacional, transformava o IBRAM em

ABRAM (Agência Brasileira de Museus), uma agência privada sem fim lucrativos e com contrato firmado com o governo brasileiro. A polêmica acerca de uma mudança de gestão em meio a visibilidade do incêndio fez retroceder a proposta no início do ano de 2019. De qualquer modo, a proposta da ABRAM é significativa como entendimento de modelo de gestão: diante das dificuldades orçamentárias e das mudanças de projeto de governo, o setor cultural como um todo deixaria de ser regido por agências, recursos e objetivos públicos. Museus deficitários e com pequeno retorno econômico estariam sob risco de fechamento ou severa transformação em suas rotinas, ainda que a ABRAM fosse uma instituição sem fins lucrativos. Deveria ser facilitada a captação privada de recursos via Lei Rouanet, assim como a participação de agentes privados no Conselho Deliberativo da nova instituição (MEDIDA PROVISÓRIA N°850, 2018). A referida Medida Provisória foi rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados no início de 2019 em questionamentos sobre a constitucionalidade da proposta. No entanto, tal qual a mudança de estatuto da cultura dentro do governo brasileiro nos últimos 4 anos, ao passar de um Ministério da Cultura em 2016 para uma Secretaria Especial da Cultura em 2019, a conversão para os limites da ABRAM parece fazer parte de um conjunto de mudanças a ser implementado nos anos que virão a seguir.

O terceiro fato se escora no discurso que Roberto Alvim, então Secretário Especial de Cultura (2019-2020) do governo Jair Bolsonaro, proferiu durante reunião anual da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 19 de Novembro de 2019. O encontro reunia representantes do setor cultural de todo o mundo e apresentava uma rara possibilidade de exposição de uma visão estratégica do campo cultural diante dos limites de um projeto conservador. Quando de sua escolha como secretário de Cultura, Roberto Alvim já havia realizado um apelo à guerra cultural por intermédio de uma formação de um “grande banco de dados de artistas de teatro conservadores para aproveitamento em uma série de projetos” (VEJA SÃO PAULO, 2019). Ainda que as mudanças e dificuldades observadas no campo museal brasileiro sejam anteriores à gestão do atual secretário, o argumento reflete com precisão uma tentativa em curso de “depuração” da arte, no qual aquilo que vai ser exposto, valorizado e financiado seja encontrado em um conjunto pré-definido de representações, com prevalência de símbolos retirados de uma base religiosa conservadora. De acordo com suas palavras:

"A arte e a cultura no Brasil estavam a serviço da bestialização e da redução do indivíduo a categorias ideológicas, fomentando antagonismos sectários carregados de ódio - palcos, telas, livros, não traziam

elaborações simbólicas e experiências sensíveis, mas discursos diretos repletos de jargões do marxismo cultural, cujo único objetivo era manipular as pessoas, usando-as como massa de manobra de um projeto absolutista. (...) ideologia de esquerda perpetrou uma terrível guerra cultural contra todos os que se opuseram ao seu projeto de poder, no qual a arte e a cultura eram instrumentos centrais de doutrinação (...) [com a posse de Jair Bolsonaro na presidência da República] os valores ancestrais de elegância, beleza, transcendência e complexidade encontraram uma nova atmosfera. E isso nos permitir retomar o sonho de libertar a cultura e colocá-la na direção de princípios poéticos sagrados" (ALVIM Apud CHADE, 2019).

Os três fatos expostos aqui são reveladores dos desafios recentes do campo museal brasileiro, pressionado por forças conservadoras, cobrado em relação a sua racionalidade econômica, limitado em sua autonomia e cerceado no que tange à diversidade de suas representações. Associamos a guerra cultural descrita por Mitchell (2000) e Valverde (2019) aos fatos acima descritos: tratam-se de sinais de um processo de mudanças promovido por um grupo de interesse com efeitos claros sobre o plano material. De acordo com Mitchell, a guerra cultural “procura criar os contornos que definem o que conta como conhecimento ‘adequado’, comportamento ‘adequado’ e relações ‘adequadas’ entre grupos” (MITCHELL, 2000: p.5). O modo como esta guerra cultural opera não qualifica as polêmicas como política e procura direcionar o desenvolvimento de seus conflitos para fora de fóruns políticos formais. Esses contornos sugeridos por Mitchell são muitas vezes materializados em localizações da cidade, no qual se estabelece o conflito pelo poder a partir de instâncias do cotidiano (VALVERDE, 2019). Em uma universidade ou em um museu, entre outros exemplos possíveis, as formas de ordenamento e de politização não possuem tantos impedimentos à mudança quanto aqueles observados em um fórum político como a Câmara dos Deputados, tornando-os alvos de ações (VALVERDE, 2019). Em um momento em que, diante dos meios de comunicação, a ideologia só é reconhecida como própria às formas de ação progressistas, é bastante revelador analisar a aliança entre agentes liberais e conservadores no setor cultural. Naquilo que concerne uma abordagem geográfica, consideramos que os primeiros sinais de desmonte podem ser observados a partir de uma perspectiva territorial. Apesar da função social preservada em carta constitucional, as mudanças recentes apontam para uma reorganização em curso da estrutura dos museus brasileiros.

Entendemos o conceito de território como “definido e delimitado por relações de poder” (SOUZA, 1995: p.78), em sentido eminentemente político. De modo análogo a

Souza, reconhecemos o dinamismo dos seus limites, que devem ser entendidos como um campo de forças (VALVERDE, 2004). A materialidade das instituições e a força dos seus documentos reguladores não devem ser entendidos como um quadro estanque a ser qualificado como “territorial”. Tampouco a limitação de uma extensão contínua deve servir de barreira à compreensão de um território que se projeta em forma de rede, com pontos e nós o unindo. Sugerimos que a consolidação de novas formas de poder sobre os museus usa e transforma a materialidade do território para reforçar aspectos identitários que, inclusive, desfazem projetos observados em governos anteriores.

Nesse sentido, o primeiro elemento a ser reavaliado se encontra na suposta vitalidade e/ou recuperação do campo museal brasileiro dos últimos anos. Ao consultar a base de dados do sistema Museusbr, o primeiro dado a ser confrontado é aquele que revela a existência de 3793 instituições museais no Brasil. Destes, 3741 foram verificados, o que significa um descarte de mais de 50 instituições que não conseguiram confirmar o seu funcionamento dentro do sistema público. Para os fins de nosso argumento, que considera os museus pela sua capacidade de inspirar aprendizados variados a partir de uma vivência realizada a partir de um espaço materializado, com limites distintos daqueles observados nas escolas e nas universidades, é preciso ainda descartar do total os 31 museus virtuais presentes na contabilização. Sem desprezar a contribuição que esse tipo de projeto pode ter para o setor museal brasileiro, argumentamos que o museu virtual é um elemento frequentemente mobilizado pelos relatórios de modernização, tal qual foi realizado pelo Instituto Oi Futuro (2019), em contraposição aos custos da manutenção de um museu tradicional. Sem os museus virtuais, o total de museus passaria a 3710.

Sugerimos ainda que a situação dos museus brasileiros diferencie ainda aquelas instituições tradicionais das coleções itinerantes que se auto identificam como museus, estando presentes na plataforma Museusbr. Apesar dos museus itinerantes constituírem importante papel no acesso aos objetos por parte de uma população mais ampla, muitas vezes em áreas com pequena disponibilidade de equipamentos culturais, o seu impacto é menor do que aquele realizado pelo museu tradicional. De fato, o museu tradicional associa a arrumação da coleção dentro do espaço e permite maior contágio entre os visitantes. A estabilidade da instituição permite maior e melhor planejamento das funções sociais a serem cumpridas, para além do impacto imediato das novidades. Além disso, o museu tradicional é um indicador mais confiável e durável do setor cultural, uma vez que é capaz de captar mais recursos públicos e privados. Em momentos de crise orçamentária, as

coleções itinerantes podem sofrer com particular força os efeitos da contenção de recursos. Dentro do sistema Museusbr, 92 instituições foram qualificadas como itinerantes, ou seja, que tivessem na circulação de suas condições a principal atividade. Ao descartá-las de nossa avaliação, o número de instituições cai para 3618 museus. Destes, cerca de 28% se situava nas capitais das unidades federativas brasileiras.

Consideramos ainda que os desafios vivenciados no planejamento e na gestão dos diferentes tipos de museus são demasiadamente variados e trazem problemas para qualquer avaliação crítica. Por exemplo, os desafios de um jardim zoológico ou um aquário não são similares aqueles observados em um museu tradicional de artes e as ciências ou consagrados à história ou à identidade. Há um grupo de instituições que possui mais interfaces com as normas da preservação ambiental, como os ecomuseus, os herbanários, os jardins botânicos, os jardins zoológicos, as unidades de conservação e os aquários. Apesar de fazerem parte dos registros de museus dentro da referida plataforma pública, muitas vezes suas coleções são de difícil acesso ao público, ou então possuem processos diversos de ativação de uma experiência, mais individual do que propriamente social ou política. De fato, a conservação ambiental vem associada à legislação específica, orçamentos e instituições diversas e um certo consenso público sobre a necessidade de sua realização. Também parece não existir maiores polêmicas sobre os conteúdos mobilizados em suas instituições, ao contrário da imoralidade, banalidade ou heresia que são vistas por grupos conservadores em outros tipos de instituições museais. Tais instituições compõem 299 registros entre aqueles 3.618 museus, o que diminui o montante para 3.319 museus tradicionais em funcionamento no Brasil, de acordo com os dados do sistema Museusbr.

Tomado esse registro, o número de museus ainda apresenta vitalidade no território, ainda que significativamente menor do que havia sido previamente divulgado. No entanto, de acordo com o sistema Museusbr e a divulgação de dados realizada no final de 2019, apenas 1935 museus tradicionais puderam ser verificados entre o total de mais de 3300 instituições mapeadas. As causas das diferenças de registro ainda estão sendo avaliadas internamente ao IBRAM; porém, podemos avançar que parte destas instituições passa por problemas que indicam suspensão de suas atividades, ainda que permaneçam registradas dentro da plataforma.

A suspensão destas atividades é, em alguns casos, permanente, com o fechamento do espaço físico do museu e incorporação de suas coleções por outras, e, em outros casos, temporária para reformas ou para captação de recursos antes de sua implementação. De

acordo com os registros que obtivemos, 374 instituições tiveram suas atividades suspensas, ainda que o registro permaneça presente na plataforma Museusbr. Destas 374 instituições, apenas 10 eram itinerantes, o que significa que o impacto das dificuldades econômicas parece ser particularmente forte em museus tradicionais. A plataforma Museusbr reforça a percepção trazida no Relatório Oi Futuro e em análises do campo da museologia: os museus são majoritariamente associados aos tipos da história e das artes por parte do público, o que significa que o ambiente no qual se inserem se mostra relevante na construção da sua vivência. De fato, boa parte destes museus se encontram em áreas tombadas pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ou por instituições patrimoniais estaduais e municipais. Manter uma política museológica exige investimentos simultâneos nas coleções e nos ambientes em que estas se inserem, muitas vezes em condições de difícil manutenção.

O equilíbrio entre a gestão pública e privada dos museus se acentua quando avaliada a situação dos museus temporariamente ou permanentemente fechados. Entre as 374 instituições que não estão atualmente em funcionamento, cerca de 39% são privadas (146 instituições) e 61% são públicas, número que é mais próximo do que o quadro geral de 3.319 museus tradicionais presentes na plataforma Museusbr. Este indicador desafia a leitura simplificadora de que a gestão privada garantiria necessariamente uma melhor situação funcional. O problema da sustentabilidade econômica atinge a todos e, mesmo as coleções e instituições geridas pelos princípios da racionalidade econômica apresentam um equilíbrio financeiro problemático. A regulamentação do campo museal como parte de uma política educacional a partir de instituições sem fins lucrativos diminui a carga de taxas, mas exige razoabilidade nos preços cobrados. Uma instituição famosa como o Museu do Louvre, em Paris, precisa compor o financiamento público por parte do estado francês e o capital retirado das bilheterias com outras formas de captação de recursos, como o aluguel de seu espaço físico para exibição de filmes ou a venda de produtos licenciados em sua loja de souvenirs para manter as suas atividades. Isso ocorre mesmo com a presença de um público anual de mais de 10 milhões de pessoas por ano, público superior ao total de turistas estrangeiros no Brasil em um mesmo período. O caráter privado destas 146 instituições museais tradicionais fechadas no Brasil revela uma diversidade de situações, que variam desde o caso do tecnológico e de alto investimento Museu da Língua Portuguesa, na cidade de São Paulo, até pequenas instituições, como o Memorial dos Caiapós, na cidade Batatais (SP), de coleção e gestão indígena.

Porém, naquilo que a Geografia pode contribuir de modo mais específico ao debate, a localização destas 374 instituições tradicionais fechadas temporariamente ou permanentemente, é possível encontrar dados importantes. Um primeiro efeito da crise prolongada associada aos cortes orçamentários e questionamentos das formas de financiamento da cultura no Brasil é que os museus que suspendem as suas atividades estão localizados preferencialmente em cidades do interior do Brasil, mas com padrões de concentração diferentes. Cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo que, sozinhas, abrigam 85 (2,56%) e 100 (3%) do total de museus tradicionais registrados, representam 19 (5%) e 23 (6,74%) entre as instituições com atividades suspensas. Apesar do número elevado, os efeitos territoriais desta concentração de instituições não são sentidos de forma tão intensa pela alta diversidade de equipamentos culturais existentes nestas capitais. Mesmo com o Museu Nacional e o Museu da Língua Portuguesa se encontrando fechados após incêndios, há dezenas de outras instituições que cumprem papéis de promover a inspiração e as vivências nestas cidades. A excelência de suas coleções e montagens não se desdobra no mesmo efeito territorial da perda de uma instituição no interior do território brasileiro. Não se trata de diminuir a perda pelas suspensões de funcionamento das referidas instituições: nosso argumento aqui é avaliar a disponibilidade de instituições museais tradicionais para o cumprimento de suas funções complementares no processo de ensino e de inspiração de mudanças.

Contabilizamos 240 museus tradicionais com atividades suspensas em cidades do interior, o que representa cerca de 64%. Nestas cidades, os equipamentos culturais são mais escassos, mesmo quando levamos em consideração o número de teatros, cinemas e bibliotecas. O orçamento muitas vezes é reduzido, assim como o público médio que por ali circula anualmente. A situação funcional de suspensão de atividades frente à contingência dos cortes orçamentários do setor cultural pode se alongar por um período maior. O Museu Nacional de Imigração e Colonização, em Joinville (SC), e o Museu Histórico Dona Beja, em Araxá (MG), são exemplos destas dificuldades. No Estado de São Paulo, foram registrados fechamentos temporários ou permanentes em diversas cidades além da capital: Campinas, Ribeirão Preto, Valinhos, Vinhedo, Caçapava, Iperó, Casa Branca, Guarujá, Ilhabela, Ribeirão Pires, Sorocaba, Piracicaba, Cajuru, Tupã, Marília, Mogi das Cruzes, Americana, Marília, Fernandópolis, Mauá, Sertãozinho, Águas de Lindóia, Paraguaçu Paulista, Batatais, Itápolis, Pirassununga, Paulínia, Cristais Paulista, Santana de Parnaíba,

Taquaritinga, Santa Bárbara d'Oeste e Limeira. O tamanho do Estado de São Paulo e os níveis hierárquicos da rede urbana garantem, ainda, certa capilaridade dos museus.

O caso do Estado do Rio de Janeiro é um pouco diferente, na medida em que há uma tendência histórica de superconcentração de suas instituições museais em sua capital. Assim, ainda que os fechamentos de museus como o Museu Nacional, Museu Internacional de Arte Naif ou o Museu do Carnaval, entre outras instituições, sejam sentidos e lamentados, há uma grande disponibilidade de instituições na capital. O número de cidades do interior com perdas no funcionamento de suas instituições museais é significativamente menor (Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis, Duque de Caxias, Mendes, Magé, Cabo Frio, Petrópolis, Niterói, Campos dos Goytacazes), mas com pouca alteração da situação.

O Rio Grande do Sul apresenta maior perda relativa, na medida em que, além da perda de 5 instituições em Porto Alegre, observou fechamentos em diversas cidades do interior: Rio Pardo, Cachoeirinha, Nova Santa Rita, Santa Maria, Candelária, Fagundes Varela, São João do Polêsine, Gramado, Caxias do Sul, Pelotas, Taquara, Teutônia, Canela, Bagé, Torres, Santana do Livramento, Rio Grande, São Pedro da Serra, Rosário do Sul, Farroupilha, São Borja, Montenegro e Uruguaiana. O mesmo raciocínio é válido para Santa Catarina, onde o fechamento ou suspensão de atividades de 6 museus tradicionais em Florianópolis se confronta com Imbituba 18 instituições encontradas em cidades do interior (Chapecó, Joinville, São Bento do Sul, Tubarão, Blumenau, Jaraguá do Sul, Penha, Modelo, Balneário Camboriú, Presidente Getúlio, Jaguaruna, Xanxerê, Laguna, Maravilha, Balneário Piçarras).

Na Região Norte como um todo, que totaliza 81 museus tradicionais, contam-se 10 instituições com atividades suspensas temporariamente ou permanentemente. Apenas 21 museus tradicionais se localizam no interior das unidades federativas da referida região (Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Pará e Tocantins). Destes 21 museus em municípios interioranos da Região Norte, 6 encontram-se fechados, o que Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Vilhena (RO), Arqueimes (RO), Guajará-Mirim (RO), Cruzeiro do Sul (AC) sem cobertura. São diversos os casos observados nas unidades federativas brasileiras; porém, a tendência apresentada é clara: a exceção das áreas marcadas por um claro fluxo turístico ligado as antigas áreas do ciclo de mineração ou dos balneários e das capitais regionais, os municípios interioranos têm maior dificuldade em captar recursos para manter o funcionamento de suas instituições museais, comprometendo a diversidade de vivências de sua população.

Interpretamos que esta situação agrava uma situação histórica de desproporção entre o provimento de equipamentos culturais (no geral) e os museus (em particular) entre a Região Sudeste e as demais regiões brasileiras. Por exemplo, dos 30 museus administrados diretamente pelo IBRAM no Brasil, 23 se encontram na Região Sudeste. Tal desproporção é maior quando somada às diferenças observadas entre a faixa litorânea brasileira e o Brasil continental. Exceções realizadas diante das cidades turísticas, como aquelas vinculadas ao período da Mineração, em Minas Gerais, os fechamentos e suspensões de atividades de instituições museais parecem problematizar o funcionamento de projetos museológicos que não explorem artistas consolidados, com ampla repercussão nos meios de comunicação. Também aparenta considerar que os sentidos da vanguarda da arte, da história e da ciência devam ser necessariamente legitimados por um processo econômico, em detrimento da dinâmica própria do setor museal. O aumento das distâncias necessárias para a vivência museal e seus conflitos e descobertas são justificados pela contingência financeira, reforçados por um julgamento ideológico e banalizados diante de um apelo ao antigo.

Ainda se faz necessário mais tempo para analisar de modo detalhado e objetivo os efeitos dos novos critérios aplicados sobre a Lei Rouanet e, por consequência, sobre os possíveis controles ideológicos sobre os projetos museológicos. Constam entre tais critérios novos limites orçamentários, novas regras de prestação de contas e a necessidade de uma série pareceres que, talvez, possa servir ao controle ideológico. Porém, podemos projetar os caminhos do setor cultural pelas declarações recentes dos presidentes da república, dos secretários de cultura e dos presidentes do IBRAM nos últimos 4 anos.

Um exemplo pode ser retirado de fala do Presidente Bolsonaro em 12 de Agosto de 2019, quando afirma que “não admitiremos que a Ancine faça peças ditas culturais via Lei Rouanet que vão contra os interesses e nossa tradição judaico-cristã” (TV BRASIL, 2020). O apelo à “filtragem” dos projetos é recorrente como elemento argumentativo do governo federal quanto ao setor cultural, assim como uma defesa explícita do cristianismo. O desmonte observado em parte do território descontínuo parece ser avaliado como parte de um processo de purificação, em que outras localizações, materiais ou imateriais (como igrejas ou os meios de comunicação), realizariam a mediação da inspiração. Confia-se na inércia dos sentidos materiais e simbólicos do território como força de propagação ideológica, antes de uma ação mais construtiva por parte do estado. Tal qual o ex-Secretário de Cultura Roberto Alvim havia afirmado, o setor cultural deveria refletir as

mudanças na política, em anúncio de edital de artes: “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo. Ou então não será nada” (ALVIM, 2020).

Conclusões

Este artigo procurou demonstrar a conexão de diversos elementos da crise dos museus brasileiros, para além de um apelo às finanças. Vimos que o fechamento ou a suspensão de atividades em mais de 300 instituições museais refletiram as restrições orçamentárias ou ideológicas presentes na gestão da cultura que se desenvolveu no território brasileiro nos últimos 4 anos. A imensa maioria destas instituições fechadas foi tipificada como museu tradicional por parte do IBRAM, o que significa que os efeitos da presença dos indivíduos no museu são diminuídos. Defendemos que o cumprimento da função inspiradora e educativa dos museus só pode ser plenamente atingida por intermédio dos encontros que sua materialidade promove. Não nos colocamos em uma posição de superioridade moral ou de um idealismo inatingível: a ideia aqui discutida partiu de uma base de dados verificável, disponível publicamente. A interpretação que se construiu esteve vinculada às prerrogativas da Constituição Federal e às discussões sobre as possibilidades de sobrevivência do setor cultural.

Por sua vez, a localização destas instituições fechadas nos levou a refletir sobre o peso relativo das instituições presentes em cidades do interior brasileiro, com pequena cobertura de equipamentos culturais. Mais de 60% das instituições que se encontram temporariamente ou permanentemente fechadas se observam no interior do território brasileiro, apesar de a proporção de instituições museais em capitais ser superior. Os deslocamentos necessários para a vivência museal tendem a crescer, quanto mais distante estamos da Região Sudeste e do litoral brasileiro.

Discutimos como o apelo à superioridade da gestão privada frente à gestão pública dos museus não contemplou a quantidade de instituições privadas fechadas ou com atividades suspensas. Tampouco esta leitura pareceu refletir sobre os autores, sempre artistas consolidados (como Tarsila do Amaral e sua exposição no MASP), sobre o aumento do tempo de exposição, que reduz a diversidades das experiências, e sobre a ausência de polêmicas, que sempre foram qualidades de uma ação de vanguarda. Os casos

de recordes de bilheteria observados em instituições presentes em capitais refletem estratégias de sobrevivência que só podem ser justificados sob bases econômicas, pois diminuem as contribuições do setor museal. Além disso, tais estratégias não garantem a sustentabilidade econômica a longo prazo, como pode ser observado na ameaça de fechamento do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) e do Museu do Amanhã, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Concluimos que a presença de um apelo ideológico conservador em valores e liberal em sentido econômico têm reforçado a tendência prévia de desmonte da rede museal brasileira. A questão da sustentabilidade econômica pode limitar a diversidade e a inovação nos projetos museológicos. Os efeitos de tal desmonte parecem ser direcionados a um deslocamento da função de inspiração educativa, sempre forte no campo museal, para outros tipos de ambientes e instituições. O museu que promove a conexão entre memória, estética e ciência em prol de uma inovação humanitária se apresenta em risco de sobrevivência.

Referências Bibliográficas

ALVIM, R. Secretário de Bolsonaro copia ministro de Hitler. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jv92Pm02BgE>, acessado em: 30/01/2020.

CHADE, J. Secretário diz na Unesco que arte brasileira servia a projeto absolutista. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/20/secretario-diz-na-unesco-que-arte-brasileira-servia-a-projeto-absolutista.htm?cmpid=copiaecola>, acessado em 03/01/2020.

GEOGHEGAN, H. Museum geography. **Geography Compass**, v.4, n°10, p.1462–1476, 2010.

GRATALOUP, C. Les périodes de l'espace. **Espaces Temps**, Paris: n°82, p. 80-86, 2003.

INSTITUTO OI FUTURO. Museus – narrativas para o futuro. Disponível em: <https://oifuturo.org.br/pesquisa-museus-2019/>, acessado em 18/01/2020.

MARTÍ, S. (2016). Crise força museus a cortar mostras e aumentar duração de exposições. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/03/1752593-crise-forca-museus-a-cortar-mostras-e-aumentar-duracao-de-exposicoes.shtml>, acessado em 23/01/2020.

MATOS, T. Museus em alta: 1º semestre de 2019 tem recordes de público pelo Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/12/museus-em-alta-1o-semester-de-2019-tem-recordes-de-publico-pelo-brasil.ghtml>, acessado em 23/01/2020.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 850 de 10 de Setembro de 2018. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7870750&ts=1567535429611&disposition=inline>, acessado em 13/01/2020.

MITCHELL, D. **Cultural Geography – a critical introduction**. London: Routledge, 2000.

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; CORREA, R.L.A.; GOMES, P.C.C. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TV BRASIL. Solenidade de inauguração de obras de duplicação de trechos da BR-116. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=BXzpBp9RJFo>, acessado em 23/01/2020.

VALVERDE, R. R. H. F. A heterotopia dos museus brasileiros e os deslocamentos da Modernidade. **PatryTer**, Brasília, v. 3, nº5., p.18-33, 2020.

VALVERDE, R.R.H.F. Guerra cultural e multiterritorialidade. In: CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A (Org.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 215-226.

VALVERDE, R.R.H.F. Sobre espaço público e heterotopia. **Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 7-26, 2009.

VALVERDE, R.R.H.F. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca**. Tese de Doutorado em Geografia (UFRJ). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

VALVERDE, R.R.H.F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº15, p. 119-126, 2004.